

bui nº 1103/07



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
- Estado da Bahia -

PROJETO DE LEI Nº 59 / 2007.

DATA: 12 / 11 / 07.

Ementa: Autoriza o chefe do Executivo a firmar convênio com a Liga Desportiva de Paulo Afonso - L.D.P.A.

Autor: chefe do Executivo

Apresentado e lido na Sessão de 20 - 11 - 07

ANDAMENTO DO PROJETO

A Comissão de _____
em ____ / ____ / ____ Parecer nº ____ de ____ / ____ / ____ opina pela _____

A Comissão de _____
em ____ / ____ / ____ Parecer nº ____ de ____ / ____ / ____ opina pela _____

A Comissão de _____
em ____ / ____ / ____ Parecer nº ____ de ____ / ____ / ____ opina pela _____

A Comissão de _____
em ____ / ____ / ____ Parecer nº ____ de ____ / ____ / ____ opina pela _____

A Comissão de _____
em ____ / ____ / ____ Parecer nº ____ de ____ / ____ / ____ opina pela _____

1ª Discussão em ____ / ____ / ____

2ª Discussão em ____ / ____ / ____

Outras ocorrências sobre a matéria.

O Ver. Antônio solicita do Plenário a dispensa das formalidades e aprovado.

Remetido ao Prefeito para sanção em ____ / ____ / ____

Sancionado em ____ / ____ / ____ Constituído na Lei Nº ____



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO

PROJETO DE LEI Nº 59 de 12 de Novembro de 2007.

APROVADO (A) NA SESSÃO Nº <u>1509</u> DE <u>20/11/07</u> POR <u>unanimidade</u> VOTOS CONTRA..... MESA DA C.M./PA. <u>20/11/07</u> PRESIDENTE
--

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM A LIGA DESPORTIVA DE PAULO AFONSO – LDPA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

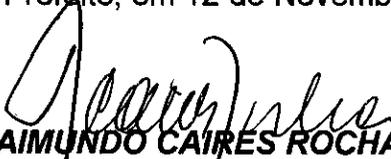
Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Liga Desportiva de Paulo Afonso, tendo como objeto a cooperação técnica e financeira visando, numa parceria, à promoção de atividades esportivas no Município de Paulo Afonso através dos Eventos Campeonato de Futebol da Zona Rural, Campeonato de Futebol do Bairro Tancredo Neves, Campeonato Interbabras e Campeonato de Futsal, para o ano de 2007, conforme Termo de Convênio em anexo.

Parágrafo Único – O apoio destinado aos Clubes de Futebol participantes da Liga Desportiva de Paulo Afonso, nos torneios patrocinados a partir deste convênio, deverá ser realizado de forma isonômica, vedada toda e qualquer forma de distinção entre os mesmos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Novembro de 2007.


RAIMUNDO CAIRES ROCHA
Prefeito Municipal

ATESTO O RECEBIMENTO PROT Nº <u>648</u> Em <u>19/11</u> de 200 <u>7</u> <u>Saldina Ribeiro</u> Secretaria Administrativa



**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**

Paulo Afonso, 12 de novembro de 2007.

MENSAGEM

*Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,*

Encaminho a essa Casa Legislativa, Projeto de Lei que autoriza o Município a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Liga Desportiva de Paulo Afonso, visando à promoção de atividades esportivas no Município de Paulo Afonso através dos Eventos Campeonato de Futebol da Zona Rural, Campeonato de Futebol do Bairro Tancredo Neves, Campeonato Interbabas e Campeonato de Futsal, para o ano de 2007, conforme Termo de Convênio em anexo.

A solicitação é feita em vista das disposições da Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso.

A celebração do convênio é do interesse do Município e de todos os munícipes, posto que, somente a partir dessa parceria é que se torna não só viável mas possível a consolidação de eventos esportivos de tal importância para a cidade de Paulo Afonso e comunidades circunvizinhas, não só em termos esportivos, como turísticos e sociais, face à movimentação que se promove por ocasião das atividades sócio-esportivas e culturais que ocorrem paralelamente ao evento, bem como pela carga de nítido valor social que traz, mostrando-se como um forte instrumento de inclusão social, sobretudo de crianças e jovens.

Solicito, ainda, que o projeto seja apreciado em caráter de urgência, nos termos do art. 48 e §§, da Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso.

Aproveito a oportunidade, para reiterar votos de estima e elevada consideração a todos que compõem essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,


RAIMUNDO CAIRES ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - ESTADO DA BAHIA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº XXX/2007 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2007

Convênio de que entre si celebram o **Município de Paulo Afonso** e a **Liga Desportiva de Paulo Afonso - LDPA** na forma abaixo detalhada.

O **MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.217.327/0001-24, com sede na Av. Apolônio Sales, n. 925, Paulo Afonso, neste ato representado por seu Prefeito, **Raimundo Caires Rocha**, brasileiro, casado, farmacêutico-bioquímico, residente na Rua Pernambuco, nº76, Acampamento CHESF, em Paulo Afonso-BA, portador da RG nº 0067769730 SSP/BA e CPF nº 049.265.875-72, a seguir denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e a, **LIGA DESPORTIVA DE PAULO AFONSO - LDPA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.724.983/0001-13, com sede na Rua Carlos Berenhauser, nº 134, CHESF, nesta cidade, através de seu representante legal, o Sr. **Heleno Lopes da Silva**, portador de cédula de RG nº 11.618.026-90 SSP/BA, CPF nº 608.223.254-20, residente e domiciliado na rua do Gangorra, nº 712, Bairro General Dutra, CHESF, nesta cidade, a seguir denominada simplesmente **ENTIDADE CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO INTERESSE PÚBLICO

A **ENTIDADE CONVENIENTE**, representativa do segmento organizado da sociedade, presta serviços à comunidade, através de atividades sócio-esportivas, promovendo a integração social dos cidadãos pauloafonsinos, associados ou não associados, a partir de atividades desportivas, recreativas, culturais e cívicas, parceria indispensável para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de Paulo Afonso e Região.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a Cooperação Técnica e Financeira, visando à promoção das atividades esportivas na comunidade, através dos Eventos Campeonato de Futebol da Zona Rural, Campeonato de Futebol do Bairro Tancredo Neves, Campeonato Interbabras e Campeonato de Futsal para o ano de 2007, que será realizado neste

REN

Município, numa perspectiva de significativo valor para o desenvolvimento do Esporte Local.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO MUNICÍPIO:

Ao Município compete:

- a) – Disponibilizar para a realização dos objetivos deste Convênio os recursos financeiros e humanos disponíveis para permitir apoio técnico-administrativo;
- b) – Fornecer materiais e serviços indispensáveis à consecução dos objetivos do presente convênio.
- c) – Repassar os recursos necessários para suprir as despesas indispensáveis ao funcionamento e finalidade da entidade conveniente no que toca ao evento objeto do presente.
- d) – Promover a divulgação do trabalho realizado através do presente convênio, levando ao conhecimento da comunidade a realização do evento, procurando envolver ao máximo toda a comunidade.

Parágrafo Único – Os recursos necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução desse convênio serão alocados pelo Município em seu orçamento anual.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE CONVENIENTE

A ENTIDADE CONVENIENTE, compete:

- a) – Planejar e executar o evento de modo a atender satisfatoriamente todo o público alvo, abrangendo todos os Clubes de Futebol a partir da utilização de técnicas e critérios que possibilitem a participação da comunidade, praticantes ou apreciadores de futebol;
- b) – Desenvolver estudos para implementação e acompanhamento de novas modalidades esportivas que venham a incrementar a prática de esportes no Município, ampliando, assim, a sua potencialidade turística;
- c) – Incentivar a comunidade à prática de esportes, além de integrar a população carente a essas atividades;
- d) – Implementação, acompanhamento e avaliação da participação da comunidade na profissionalização dessas atividades;
- e) – Aplicar os recursos financeiros repassados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objetivo previsto na cláusula segunda do presente instrumento, em conformidade com o Plano de Atividades apresentado;
- f) – Prestar contas dos recursos financeiros, em conformidade com as disposições contidas na Resolução nº 321/97, do Tribunal de Contas dos Municípios, que passa a fazer parte integrante deste Convênio, independente da sua transcrição;
- g) – Apresentar a prestação de contas das parcelas recebidas no prazo improrrogável de trinta dias, contados da data estabelecida no Plano de Aplicação.

CLÁUSULA QUINTA - DO MONTANTE DO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS:

O Município compromete-se a repassar à ENTIDADE CONVENIENTE, o valor de **R\$ 114.503,88 (cento e quatorze mil, quinhentos e três reais e oitenta e oito centavos)**, em três parcelas, a serem liberadas, sucessivamente, sendo a primeira no valor de R\$ 57.251,94 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos), a segunda no valor de R\$ 28.625,97 (vinte e oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos) e a terceira e última no correspondente a R\$ 28.625,97 (vinte e oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos), conforme Plano de Trabalho e demais instrumentos previstos no artigo 116, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio serão atendidas com os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual, por conta da seguinte programação:

- UNIDADE GESTORA: **014 - Secretaria Extraordinária de Turismo, Cultura e Esporte.**
- PROJETO/ ATIVIDADE: **2.103 – Apoio Permanente ao Terceiro Setor.**
- ELEMENTO DE DESPESAS: **33.50.43 – Subvenções Sociais.**
- FONTE DE RECURSO: **000 – Recurso Próprio.**

CLÁUSULA SÉTIMA-DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até **31 de Janeiro de 2008**, podendo ser prorrogado, mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da efetivação da despesa, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

O processo de prestação de contas deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- 1 – Ofício de encaminhamento;
- 2 – Cópia de convênio desenvolvido pelas Convenientes;
- 3 – Extrato da conta bancária constando o crédito da parcela recebida, cheques emitidos e conciliação de saldo bancário;
- 4 – Relação de cheques emitidos, número, valor e destinação dos mesmos;

5 – Demonstrativo financeiro da aplicação dos recursos recebidos, assinado por um profissional responsável pela contabilidade das convenentes, com indicação do nome completo e do número do seu registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade;

6 – Comprovante das despesas realizadas;

7 – Atender as normas estabelecidas no artigo 116 da Lei 8.666/93 e Resolução nº 321 do TCM.

CLÁUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO E RESCISÃO

Durante sua vigência este Convênio poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante celebração de Termo Aditivo, ou rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne unilateralmente inexecutável, ou ainda por razão de denúncia. A rescisão deste instrumento será automática e independará de notificação judicial ou extrajudicial, operando seus efeitos a partir do trigésimo dia da comunicação ou denúncia.

CLAUSULA DÉCIMA - DO PATRIMÔNIO

Os bens, de qualquer natureza, que por ventura venham a ser adquiridos pela ENTIDADE CONVENENTE, em razão da aplicação dos recursos repassados pelo Município, integrarão de pleno direito, o patrimônio deste, não cabendo qualquer indenização ao CONVENENTE em razão do aqui estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Paulo Afonso, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo.

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes convenentes o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso na presença de duas testemunhas.

Paulo Afonso, 12 de novembro de 2007


RAMUNDO CAIRES ROZA
Prefeito Municipal de Paulo Afonso

HELENO LOPES DA SILVA
Liga Desportiva de Paulo Afonso - LDPA

TESTEMUNHAS:

CPF nº _____

CPF nº _____